

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005769-98.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Posse**  
 Requerente: **Roseli Aparecida Carvalho Antonietti**  
 Requerido: **Rodrigo Cesar Nicola Ribeiro e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1005769-98.2015****VISTOS****ROSELI APARECIDA CARVALIO**

**ANTONIETTI** ajuizou Ação de **REINTEGRAÇÃO DE POSSE** em face de **RODRIGO CESAR NICOLA RIBEIRO** e **MARIANA CARVALIO MADOGGIO RIBEIRO**, todos devidamente qualificados.

A autora relata em sua inicial que é proprietária de um imóvel nesta cidade de São Carlos/SP matriculado sob o nº 30.434 junto ao CRI local. Residia na casa construída na frente e cedeu graciosamente a construção dos fundos, ou seja, uma edícula, desde 2012 a seu genro e sua filha, ora requeridos. Em 10/05/2013 foi demandada (feito nº 0008476-27.2013.8.26.0566 com tramite perante a 3ª Vara Cível) pelos postulados pleiteando reparos realizados na casa em que residem, a edícula, e a ação foi julgada procedente em parte. Requereu liminarmente a reintegração de posse. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/39.

**1005769-98.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os requeridos apresentaram contestação alegando preliminarmente ilegitimidade de parte ante a ausência de provas da autora comprovando a propriedade do imóvel (que está registrado em nome de terceiros). No mérito alegam que a requerida foi induzida a erro por sua genitora, ora requerente, ao efetuar doação do imóvel á irmã unilateral com usufruto à autora. Asseguram que o imóvel foi deixado para MARIANA; e quando do falecimento de seu genitor, sua genitora contraiu matrimônio novamente tendo mais uma filha, a irmã da requerida por parte de mãe. No mais rebateram a inicial e requereram a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 108/116.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 135. Os requeridos manifestaram interesse em oitiva de testemunhas às fls. 138/145.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação à fls. 253 que restou infrutífera conforme termo de audiência de fls. 257.

Auto de constatação a fls. 277.

**É o relatório.**

A autora como usufrutuária tem total legitimidade para articular o pleito desta demanda que é exclusivamente possessória.

Compulsando os autos 0008476-27.2013 da 3ª Vara Cível, observo que os requeridos não mais residem no imóvel. No próprio relatório da decisão ficou constando que em razão de um desacordo entre os envolvidos (RODRIGO E MARIANA de um lado e ROSELI, de outro) os primeiros deixaram o local.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Essa “desocupação” foi, inclusive, acertada entre os litigantes na seara criminal e acabou sendo constatada pelo meirinho signatário da diligência certificada a fls. 277 **com riqueza de detalhes dignos de nota e elogio.**

Como se tal não bastasse na LIDE já referida os aqui postulados obtiveram indenização pelas melhorias que realizaram no imóvel durante o período que o ocuparam graciosamente.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,  
**JULGO PROCEDENTE O PLEITO INICIAL**, para o fim de **REINTEGRAR A AUTORA NA POSSE DO IMÓVEL OBJETO DA INICIAL**.

Ante a sucumbência, ficam os requeridos condenados ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da autora, que fixo, por equidade, em 70% (setenta por cento) da tabela do OAB No entanto, deverá ser observado o art. 98, parágrafo 3º do NCPC.

**PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.**

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**